

Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política

LEANDRO GALASTRI*

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar, em seus traços principais, o modo em que Gramsci associa o conceito de “classes sociais” àquele de “grupos subalternos” e como tal associação pode ser aplicada à análise política das relações de força numa dada formação social capitalista. Na primeira parte, mobilizo alguns autores centrais com respeito ao tema das classes que guardem alguma proximidade com a concepção de Gramsci para melhor esclarecer, por comparação, como ela se apresenta nos *Quaderni del carcere* [Cadernos do cárcere]. A seguir, deter-me-ei especificamente sobre os elementos de distinção e aproximação entre as concepções de “classes sociais” e “grupos subalternos” em Gramsci. Na sequência, como exemplo de aplicação desses elementos de distinção e aproximação, farei um breve debate crítico com a assimilação daquelas concepções gramscianas pela corrente dos *subaltern studies*. Por fim, seguem-se as observações finais do meu trabalho.

Sobre as concepções de classe em Gramsci, Bensaïd, Thompson, Poulantzas e Marx

Considerando “classe social” como categoria, uma criação do pensamento para a compreensão de aspectos específicos da realidade, deve-se entendê-la como uma acepção apta a lidar com o dinamismo das lutas sociais reais. Os conceitos

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). E-mail: leandrogalastri@gmail.com

de burguesia, proletariado, camponês, lumpen etc. procuram identificar as singularidades e particularidades que identificam diferentes *fenômenos* na categoria geral de classes sociais. Tais conceitos são interdependentes e se apresentam como momentos distintos e/ou antagônicos do conjunto de relações sociais constituidoras do capital.

Ao se trabalhar com a noção de *classes e grupos subalternos*, seria preciso procurar entender por que Gramsci passou a utilizá-la no lugar das noções mais consagradas de proletariado, classe operária, campesinato. Segundo Del Roio (2007), a hipótese mais provável é que tenha se tratado de um desenvolvimento na sua elaboração, que teria partido da especificidade da questão operária em direção a níveis sempre mais altos de complexidade e generalidade, em busca de uma definição científica que contemplasse elementos que pudessem compor uma nova sociedade civil anticapitalista.

Durante o período em que viveu em Torino, Gramsci testemunhou e viveu de maneira intensa a experiência dos conselhos de fábrica da segunda década do século XX. A reflexão teórica que daí seria desenvolvida por Gramsci, sobretudo por meio do jornal que dirigia, *L'Ordine Nuovo*, teria estimulado nele a concepção de uma revolução que nasceria da autonomia e da auto-organização do processo fabril, na qual os conselhos seriam o fundamento da democracia operária (Ibid.). Mas a derrota da revolução socialista internacional, marcada notadamente pelos reveses na Alemanha e na Itália, teria feito com que Gramsci se voltasse para a diversidade e as especificidades nacionais em primeiro plano.

Teria sido paulatinamente, mas sobretudo a partir do fim do ciclo revolucionário europeu, em 1923, que Gramsci iniciaria sua busca pelas razões da derrota do *biennio rosso* e os caminhos da revolução socialista na Itália e no mundo (Ibid.). Era necessário conhecer as especificidades nacionais. Os conceitos abstratos de “proletariado” e “campesinato” não seriam suficientes para se compreender em toda sua natureza e diversidade as lutas de classe na Itália. As diferenças entre o Norte e o Sul, as oposições entre os próprios trabalhadores de uma e outra região, os diferentes níveis culturais relativos às diferenças de classe, tudo isso precisava ser rigorosamente apreendido se se quisesse traçar uma estratégia socialista para a Itália. Para Antonio Gramsci, a história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica, e a tendência que tais grupos possuem para a unificação só se concretizaria com uma vitória política permanente (Gramsci, 2001, p.2283).

Para ele, os grupos subalternos são formados pelo conjunto das massas dominadas, mas sem possuir agregação de classe. Os grupos subalternos não estão necessariamente unificados em classes sociais, pois, para que isso ocorresse, deveriam possuir formações, agregados próprios que interviesses politicamente na relação de forças sociais vigente em determinada formação social. Considerando a “unidade histórica fundamental” como resultado das relações orgânicas entre Estado e sociedade civil, Gramsci conclui que as classes subalternas, “por

definição”, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem “se tornar Estado” (Ibid., p.2288).

Para o filósofo francês Daniel Bensaïd, do ponto de vista do materialismo histórico, “não há uma concepção sociológica classificatória de classe. Há, sim, uma concepção estratégica de classe realizada a partir da sua luta” (Bensaïd, 2010). Segundo ele, em Marx, a noção de classe não seria redutível a um atributo de que seriam portadores os indivíduos que a compõem, nem à soma desses indivíduos. A classe seria uma totalidade relacional, e não uma simples soma (Bensaïd, 1999, p.147). A classe existiria somente em relação conflituosa com outras classes, revelando-se assim “no e pelo movimento do capital” (Ibid., p.153). Assim, a ideia de classes pressuporia o conflito. Para Bensaïd, a apresentação, n’*O Capital*, da teoria do valor-trabalho e da mais-valia corresponderia já a uma abordagem teórica das classes, o que ocorreria na medida em que tal apresentação expõe a relação antagônica de exploração, embora faltem ainda, nesse caso, algumas mediações para se chegar à classe plenamente determinada (Ibid., p.154).

Daniel Bensaïd argumenta que grande parte dos “autoproclamados” herdeiros de Marx seriam não mais que “classificadores” ao manejar o tema das classes sociais, dada a dificuldade em compreender a originalidade de Marx no assunto e a confusão que empreenderiam com frequência nas discussões sobre classes, castas, ordens etc. (Bensaïd, 1995, p.107). A classe enquanto “relação” seria, sobretudo, a “expressão social coletiva do fato da exploração e, naturalmente, da resistência a esse fato” (Sainte-Croix, apud Bensaïd, 1995, p.111). A classe não seria, portanto, um dado estrutural inerte. A “resistência” seria constitutiva de sua determinação.

De acordo com o filósofo francês, tal abordagem ficaria mais clara atentando-se para o contexto do “debate anglo-saxão”, que oporia os partidários de uma determinação estrutural das classes (alusão à leitura estrutural do marxismo representada principalmente por Althusser e o “primeiro” Poulantzas) aos defensores de um “primado da ação” (experiência vivida, preferências) influenciados pelos escritos do historiador britânico E. P. Thompson a respeito da formação da classe operária britânica (Bensaïd, 1995, p.111). De fato, Thompson defende, no prefácio à *Formação da classe operária inglesa*, que a “classe” não é uma “estrutura” ou uma “categoria”, mas algo que ocorreria efetivamente nas relações humanas, “cuja ocorrência pode ser demonstrada” (Thompson, 1987, p.9). A classe social seria, assim, um fenômeno histórico, que unificaria uma série de acontecimentos “dísparos e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (Ibid.).

De que maneira Thompson credita à experiência o surgimento, a formação de uma classe? Segundo ele, a classe “ocorreria” quando alguns homens sentem e articulam a homogeneidade de seus interesses como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), e o fazem contra outros homens cujos interesses não apenas diferem, mas geralmente se opõem aos seus. A experiência de classe seria determinada, em grande medida, pelas relações de produção nas quais os

homens nascem ou entram involuntariamente. A “consciência de classe”, por sua vez, seria a forma como essas experiências são tratadas culturalmente, por meio de tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Porém, a consciência não aparece determinada, como ocorre com a experiência. A consciência de classe surgiria da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca *exatamente* da mesma forma, daí a impossibilidade de estabelecer leis a respeito (Ibid., p.10).

Para Thompson, a classe é um *processo*, não uma “coisa”, um dado quantificável. Sua “consciência” ou seus “interesses” não existem *a priori*, não esperam ser descobertos ou alcançados, mas se constroem *na ocorrência* da classe. Esta acepção de classe traria consigo a noção de relação que, como tal, seria algo fluido e escaparia à análise se se tentasse “imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura” (Ibid.). Segue o autor afirmando que não haveria classes caso a história fosse “congelada” num determinado ponto, mas apenas uma “multidão de indivíduos com um amontoado de experiências” (Ibid.). A manifestação das classes apareceria examinando esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, em que padrões em suas relações, ideias e instituições poderiam ser observados: “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (Ibid.).

Assim, para Thompson, a classe é definitivamente uma categoria histórica derivada de processos sociais através do tempo. As classes seriam conhecidas porque, reiteradamente, as pessoas teriam se comportado de modo classista, gerando regularidade de respostas a situações análogas em diferentes espaços. Segundo o autor, isso enfatizaria o fato de a classe, “no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de ‘luta de classes’” (Thompson, 2001, p.274). Thompson destaca o que ele considera ser a “distorção” sofrida por grande parte da teoria e da historiografia marxistas a partir do exame de classe segundo as categorias de “base” e “superestrutura”, ou mais consagradamente “estrutura” e “superestrutura”, a partir do prefácio de Marx de 1859 à sua “Contribuição para a crítica da economia política”. O equívoco estaria na interpretação segundo a qual as forças e as relações produtivas forneceriam a “base”, que se supõe real e objetiva, e delas a consciência de classe emergiria como uma superestrutura “derivada” (Ibid., p.278). Esta é uma crítica da qual Gramsci também se ocupou, procurando realizar uma releitura do prefácio de Marx que superasse as interpretações economicistas e deterministas que dele haviam resultado.

Sabe-se que, a partir da análise do prefácio, Gramsci alcança uma caracterização do movimento histórico calcada, sobretudo, na ideia de relações de força ou, em última análise, na política. A relação estrutura-superestrutura evolui, na análise dialética de Gramsci, para diferentes momentos de relação de forças, num quadro modelar de desenvolvimento de determinada formação social:

I) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser medida com os recursos das ciências exatas ou físicas [...].

II) Um momento sucessivo que é a relação de forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais [...].

III) O terceiro momento é aquele da relação de forças militares, imediatamente decisivo em cada caso (o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo) [...]. (Gramsci, 2001, p.1583-1586)

O que Gramsci classifica como primeiro nível de relações de forças, aquele que se refere diretamente ao desenvolvimento da estrutura econômica de uma determinada formação social, já estaria definido e consolidado na fase contemporânea do desenvolvimento capitalista. Segundo Cospito (2000, p.100), Gramsci já estaria refinando o tratamento da questão relativa às relações entre estrutura e superestrutura ao analisar a crise econômica de 1929, ao considerar que se trataria de um processo com possibilidade de várias definições, sendo-lhe impossível apontar uma única causa. Seria, para Gramsci, um processo com múltiplas manifestações, cujas causas e efeitos estariam entrelaçados (Gramsci, 2001, p.1755-1756). Tais observações de Gramsci forneceriam duas importantes conclusões gerais, a saber, que a crise de 1929, ao não provocar a esperada derrocada final do capitalismo, contribuiria para estimular nele a refutação de uma relação estreitamente causal entre estrutura e superestrutura e, finalmente, que tal refutação significaria, na realidade, negar a própria imagem de uma “base” sobre a qual se elevaria uma determinada superestrutura destinada a ruir no momento da desorganização daquela base. Daí, segundo Cospito, a necessidade de se superar o próprio postulado do problema em termos de relações entre estrutura e superestrutura (Cospito, 2000, p.101).

Aponta Cospito que, já em 1930, em conversas com seus companheiros de prisão, Gramsci, para romper com aqueles que acusariam o marxismo de mecanicismo, fatalismo, determinismo econômico etc., sugeria que não se falasse mais em “estrutura” e “superestrutura”, mas apenas em “processo histórico”, do qual todos os fatores fariam parte (Ibid., p.104). Para Gramsci, isso seria assim porque em sua visão era necessária a colocação da questão em termos “histórico-políticos”. A estrutura-superestrutura se converteria então na dialética entre forças subjetivas e objetivas, que seria muito menos dicotômica já que, para Gramsci, “objetivo” significa “humanamente objetivo” e, assim, também “humanamente subjetivo” e, portanto, “universal subjetivo” (Ibid., p.105).

Para Burgio, existiria uma possibilidade de leitura múltipla da análise gramsciana das relações de força (Burgio, 2003, p.114). Segundo a leitura mais simples, os três “momentos” da relação de força (social, político e militar) representariam o âmbito de referência da análise social-política, análise que deve se mover a partir do reconhecimento da composição social, aferir o estado das subjetividades políticas e, finalmente, preparar o terreno dos conflitos internacionais (Ibid.).

Neste sentido, poder-se-ia dizer que o objetivo teórico da “tripartição da relação de força” seria fornecer um quadro geral das articulações da totalidade político-social, a partir das quais se desenvolveriam conflitos em condições de determinar uma crise histórica (Ibid.).

Assim, quando absolutizada, a relação das “forças sociais” (referente ao “momento” social) constituiria a representação do conflito de classe pela ótica economicista, própria, por exemplo, do sindicalismo revolucionário, não por acaso objeto da crítica de Gramsci. A relação das “forças políticas”, no entanto, corresponderia à teoria crítica elevada ao nível de complexidade correspondente à análise marxiana do capital como relação social (Ibid.). Neste terreno, os sujeitos seriam constituídos como forças “sociais-políticas” que se determinariam num contexto de relações relativamente independentes do processo de produção imediato e com base na elaboração crítica das próprias funções. Finalmente, a relação das “forças militares” refletiria a análise madura dos conflitos bélicos enquanto projeções externas (e manifestações extremas) das contradições do sistema capitalista. A esta análise estaria subjacente a ideia – central na análise leniniana sobre o imperialismo – de que a dinâmica da acumulação capitalista conduziria inevitavelmente à guerra, dadas as conexões das economias nacionais no âmbito internacional pela via das tensões referentes ao controle monopolista de mercados de consumo, matérias-primas e recursos energéticos (Ibid.).

A concepção dialética do nexo estrutura-superestrutura seria uma característica definidora do marxismo de Gramsci e um dos eixos fundamentais de sua crítica antideterminista e antieconomicista, reconhecendo a capacidade do momento subjetivo de incidir sobre terreno estrutural (Burgio, 2002, p.121). Do ponto de vista do materialismo histórico, a natureza dialética (de ação recíproca) daria significado ao nexo estrutura-superestrutura em todas as formações sociais. A relevância dessa questão conferiria à análise gramsciana um significado específico e historicamente referido. A ênfase recairia sobre as consequências práticas (políticas) da natureza contraditória das relações. Por sua vez, tais consequências – a atualização da perspectiva revolucionária como possibilidade concreta – remeteriam aos progressos alcançados pela massa subalterna no terreno da autoconsciência e do desenvolvimento histórico concreto da sociedade moderna (Ibid., p.122).

Afirmado, assim, a capacidade do elemento subjetivo de incidir também na determinação das dimensões estruturais de uma formação social, Gramsci transforma, como já observado, a dicotomia “estrutura x superestrutura” em campo de relações de forças políticas, adiantando uma problemática semelhante à da “experiência” reivindicada por Thompson. Este, por sua vez, a contrapõe às leituras estruturais do marxismo como a de Poulantzas, por exemplo, para quem a classe social seria um “conceito” que indicaria os efeitos das estruturas de um modo de produção “ou de uma formação social” sobre seus “suportes” agentes (Poulantzas, 1977, p.65). De todo modo, também para Poulantzas, as classes sociais não seriam uma “coisa empírica”. Mais uma vez, elas indicariam “o efei-

to de um conjunto de estruturas dadas, conjunto esse que determina as relações sociais como relações de classe” (Ibid.). Esses efeitos, segundo Poulantzas, seriam produzidos, mais exatamente, pela articulação dos níveis estruturais (econômico, político e ideológico) que especificariam um determinado modo de produção ou uma formação social. Embora a noção de “efeitos” pareça neutralizar eventuais possibilidades de iniciativas de classe, Poulantzas fornece pistas para a superação deste problema, afirmando que “as classes conotam sempre *práticas* de classe, e estas *práticas* não são estruturas” (Ibid., p.66). A constituição das classes não diria respeito apenas ao nível econômico, mas à articulação do conjunto dos níveis de um modo de produção ou de uma formação social: “a organização das instâncias em níveis econômico, político e ideológico reflete-se, nas relações sociais, em prática econômica, política e ideológica de classe e em *luta* das práticas das diversas classes” (Ibid.).

Em Poulantzas, os níveis estruturais tanto do modo de produção quanto da formação social estariam misturados e em articulação recíproca e cruzada, já que, para ele (baseando-se em Althusser), uma formação social seria o resultado da presença de um conjunto de estruturas de diferentes modos de produção simultâneos, com um deles sendo o modo de produção dominante em determinada época. A definição de Olin Wright (1985) tenta avançar a partir das asserções poulantzianas quando propõe que “a organização social da produção determina uma estrutura de ‘espaços vazios’ nas relações de classe, a serem preenchidos pelas pessoas”. Assim estaria constituída uma “estrutura de classe” (Olin Wright, 1985, p.10). Por outro lado, a “formação de classe” se referiria às coletividades organizadas no interior daquela “estrutura de classe”, na base de interesses moldados pela “estrutura de classe”. A formação de classe seria, assim, uma variante. O autor apresenta uma distinção entre modos de produção e formações sociais baseada em níveis de abstração. Assim, do nível mais abstrato para o mais concreto, teríamos o modo de produção, a formação social e, finalmente, o que o autor chama de “conjuntura concreta”. A sociedade, os indivíduos, os grupos e as organizações comporiam as “unidades de análise” deste último nível. Desta forma, a análise do grau de sindicalização, a formação de partidos, os movimentos sociais de base classista seriam análises das formações sociais em seus níveis mais concretos (Ibid., p.10). Assim, uma das tarefas analíticas para o estudo das classes sociais seria realizar a tradução da estrutura de relações de classe para o processo de formação de atores coletivos, passando-se do nível abstrato da análise da estrutura de classes para o nível concreto da análise da “formação de classes” (Ibid., p.123).

Mas qual a definição estritamente marxiana sobre a estrutura e a formação das classes sociais, ou o que seria uma classe social propriamente dita para Marx? É notório que Marx não elaborou uma definição clara a respeito, abundando a literatura que debate e “embate-se” sobre a questão. Mas acredito ser possível encontrar em Marx indicações do caráter eminentemente político das condições de existência das classes. Nas palavras de Marx, já em *A ideologia alemã*, “os

indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que devem travar uma luta comum contra outra classe; quanto ao mais, eles se comportam como inimigos na concorrência” (Marx; Engels, 1998, p.61).¹ Por sua vez, no *Manifesto do Partido Comunista*, lemos que “toda luta de classes é uma luta política” (Marx; Engels, 1988, p.75), além da observação de que a organização dos proletários em classe é sua organização em “partido político” (Ibid.). Neste raciocínio, e já recorrendo aqui a minhas hipóteses a partir de Gramsci, poder-se-ia afirmar que as classes dominadas formam-se, enquanto *classes*, desde que frações dos grupos subalternos estejam organizadas com o objetivo de colocar em xeque, combater, questionar ou ameaçar algum fundamento material das relações de classe vigentes. Enquanto as classes e frações de classes dominantes encontram-se permanentemente organizadas por meio dos aparelhos do Estado capitalista, as classes dominadas encontram-se política e ideologicamente dispersas na forma de *grupos subalternos*.

A obra de Marx *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* fornece importantes pistas para essa distinção. Nela fica demonstrado pelo autor que a burguesia, uma vez organizada em Estado (pelo menos suas frações dominantes), reúne, paradoxalmente, condições para recuar como classe, deixando intacta a estrutura burocrática executiva formatada em função de seus interesses materiais. Esta estrutura pode, inclusive, ser ocupada e administrada por agentes que se encontrem desincumbidos de qualquer representação direta da burguesia como classe fundamental. É justamente por ser uma estrutura burocrática e militar construída em função de específicos interesses das classes dominantes que não basta ao proletariado ocupá-la, como enfatizará Lenin n’*O Estado e a revolução*, mas destruí-la para erigir nova estrutura estatal formatada, desta feita, aos interesses gerais do proletariado. As classes dominadas não se “encaixam” como dirigentes de uma estrutura de dominação construída originariamente contra seus interesses, daí a necessidade de erigir as suas próprias. A organização do proletariado como classe dominante, portanto como Estado, é a culminação do processo de sua própria constituição como classe.

No prefácio à segunda edição d’*O 18 de brumário*, ao falar dos conflitos sociais na antiga Roma, Marx localiza “a grande massa produtiva da população”, os escravos, abaixo do que ele considera ser a dimensão da luta de classes, “travada apenas no âmbito de uma minoria privilegiada, entre os ricos livres e os pobres livres [...]” (2011, p.19). O fato de os grupos subalternos de hoje serem formados por indivíduos possuidores do *status* formal de “cidadãos” não os dei-

¹ Marx prossegue, entretanto: “Por outro lado, a classe torna-se, por sua vez, independente em relação aos indivíduos, de maneira que esses têm suas condições de vida estabelecidas antecipadamente, recebem de sua classe, já delineada, sua posição na vida e ao mesmo tempo seu desenvolvimento pessoal; são subordinados à sua classe” (Marx; Engels, 1998, p.61). Aqui se trataria, sobretudo, não de *classes sociais* segundo nossa proposta, mas de grupos dispersos submetidos a determinadas *relações de classe*.

xa, necessariamente, em melhores condições para a organização política do que os escravos de Roma. A população de escravos, uma grande massa subalterna, localizava-se no mais baixo grau na hierarquia das dominações sociais. E era por se localizar aí que se deparava com todos os tipos de dificuldades materiais possíveis, inclusive aquela da organização.

Ainda em *O 18 de brumário* encontramos uma passagem que joga luz na questão da distinção entre grupos subalternos e classes sociais:

[...] Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade de seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma [...]. (Marx, 2011, p.143)

A ausência do segundo conjunto de condições atribuídas por Marx para o processo de constituição de uma classe social é o que caracteriza os grupos subalternos. Assim, estes grupos seriam, justamente, massas desagregadas impedidas de exercer a luta politicamente orientada. Tudo isso permite aventar a possibilidade de que a formação de uma classe social começaria, portanto, *politicamente condicionada*.

Classes sociais e grupos subalternos

Como já justificado, o motivo pelo qual passei – rapidamente – em revista a concepção de classes sociais dos autores escolhidos é que eles oferecem uma visão geral das classes que em muito facilita seu tratamento e relação com a ideia gramsciana de grupos subalternos. Esta visão geral é a de que as classes sociais não são grupos empiricamente delimitáveis em qualquer tempo e espaço, nem simplesmente conjuntos de indivíduos localizáveis numa posição específica no processo de produção material da sociedade.² Na análise política sobre as classes e as relações sociais fundamentais na formação social capitalista, optei pelo caminho que foge da dicotomia estanque “Estado” *versus* “sociedade civil”, dicotomia que vê na segunda uma dimensão social orgânica, independente, autônoma e contraposta à “sociedade política”, eliminando a unicidade dialética dessas instâncias presente em Gramsci. Como tratar as classes sociais e os grupos subalternos levando em

2 Como ocorre, por exemplo, em Lukács (1974, p.59): “No espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser definida pelo seu lugar no processo de produção”. Ou ainda em Bukharin (s/d, p.323): “Já vimos que por classe social se entende um conjunto de pessoas desempenhando um papel análogo na produção, tendo no processo da produção relações idênticas com outras pessoas, sendo essas relações expressas também nas coisas (meios de trabalho)”.

consideração tal unicidade? Em Gramsci, a separação entre “sociedade política” e “sociedade civil” é um procedimento metodológico que permite localizar os níveis de relação de forças na sociedade.

Gramsci estuda os subalternos mediante três tipos de abordagem: o desenvolvimento de uma metodologia de historiografia subalterna; a produção em si de uma história das classes subalternas; a elaboração de uma estratégia política de transformação apoiada no desenvolvimento histórico e na existência dos subalternos. Por meio dessa tripla abordagem, Gramsci criaria um nexos de convergência entre vários conceitos seus (Green, 2007, p.202). Nesse sentido, apenas recentemente a categoria “subalterno” aparece estudada com mais rigor por pesquisadores da obra gramsciana, após também ter sido vítima constante de mal-entendidos e apropriações “indébitas”. Neste caso, pelo menos uma parte da explicação talvez esteja no fato de que, ao menos no universo anglófono, parcela significativa dos trabalhos esteja baseada na que foi, durante bom tempo, a única tradução em inglês dos *Cadernos*, na verdade uma seleção de textos organizada por Quentin Hoare e Geoffrey Nowell Smith, em 1971 (Editorial Publishers, Nova York). Green explica que

a seleção contém apenas algumas notas de Gramsci sobre subalternos e, a partir do momento em que essas notas são incluídas em uma seção na qual figuram também algumas notas sobre Risorgimento, intitulada *Notes on Italian History* [Notas sobre história italiana], se poderia acreditar que o interesse de Gramsci pelos subalternos, como conceito, estivesse ligado ao estudo do Risorgimento, enquanto que, na verdade, o interesse do autor pelos subalternos adentra sua análise omnicompreensiva da história, da política e da cultura italiana, bem como da relação entre Estado e sociedade civil na Itália. A partir das notas incluídas na seleção não resulta nem evidente, nem concebível que Gramsci pudesse ter escrito muitas reflexões sobre os subalternos ou que tivesse dedicado um caderno inteiro a este conceito. (Green, 2007, p.199)

Isso teria, de alguma forma, prejudicado a compreensão de que a “subalternidade” é uma condição heterogênea de grupos sociais que incluem classes e não classes (grupos política e socialmente marginais, esparsos e desagregados), sendo, como sugere Baratta (2011), um enriquecimento das categorias marxistas. Existem vários “graus” ou “níveis” de subalternidade, conforme nos indica Gramsci. Os mais “avançados” requerem unificação política enquanto classes sociais. Daí a importância da distinção entre “grupos sociais subalternos” como categoria mais abstrata e “classes sociais subalternas” como fenômeno histórico de unificação política de frações e segmentos determinados dos subalternos. Ainda segundo Baratta, “a categoria ‘subalternos’ está, portanto, atravessada por uma estratificação que é preciso levar em conta para não cair em abstrações determinadas” (Baratta, 2011, p.157).

O estudo das classes e grupos subalternos pela lente gramsciana é uma práxis que conduz da historiografia à ciência política. O exame das condições subalternas de vidas passadas e presentes pode esclarecer as alternativas históricas e atuais de agregação sistemática dessas classes e grupos, ou seja, as possibilidades de se tornarem *partido em disputa pela hegemonia*. As possibilidades, sejamos claros. Nem sempre uma alternativa revolucionária existe e, quando existe, as circunstâncias para aproveitá-la dependerão do quão eficaz tenha sido a ação dos intelectuais orgânicos dos subalternos em organizá-los, formar novos intelectuais orgânicos, cultivar um sentimento de autonomia, diferença e oposição às classes dominantes e dirigentes: “as classes às quais pertencem os que estão absolutamente privados de alternativas em sua ação econômica são as únicas para quem está aberta uma alternativa política” (Pizzorno, 1974, p.43). Embora uma época de “crise orgânica” não culmine necessariamente na superação revolucionária do antigo bloco histórico, a mesma “crise” estará produzida quando “massas politicamente passivas são induzidas a apresentar novas reivindicações”, ou quando suas necessidades latentes forem transformadas em demanda política (Ibid., p.48).

Uma relação de integração orgânica entre as classes dirigentes só é possível graças à unidade orgânica entre Estado e sociedade civil no bloco histórico burguês. As classes e grupos subalternos existem em função deste bloco histórico, mas, ao mesmo tempo, estão em relação descontínua e desagregada não só entre si mesmos, mas entre si e a sociedade política. Por isso, representam um potencial de desestabilização daquela integração orgânica entre as classes dirigentes. Para Pizzorno, esta potencialidade se atualiza quando presentes duas circunstâncias: a) uma “crise orgânica”; b) a presença de uma nova forma social (em geral, o partido) que afirma a autonomia integral das classes subalternas, que é capaz de exercer a hegemonia, de criar “novos valores históricos e institucionais, de realizar um bloco histórico oposto, o núcleo de um Estado” (Pizzorno, 1975, p.53-54).

A unidade entre sociedade política e sociedade civil, na forma do “Estado integral”, só é organicamente vivida pelas classes dominantes e dirigentes. Mais rigorosamente, só há “Estado” (no sentido “integral”) se houver tal unidade. Compreende-se então por que a história seja a “história dos Estados e dos grupos de Estados” (Gramsci, 2001, p.2288). É precisamente por isso que os subalternos estão “às margens da história”, ou seja, não participam da integralidade ou da unidade orgânica do Estado que os submete. Também por isso sua história é desagregada e sua “política” é desorganizada. É naquele “núcleo” de Estado que o partido representa (sempre concebido em sentido lato, de “Moderno Príncipe”), portanto, que se encontram as possibilidades, as alternativas, para se empreender a luta pela hegemonia, mediante a unificação parcial dos subalternos com vistas a transformarem-se em grupos hegemônicos e a construir um novo bloco histórico.

Fica clara a necessidade da existência de uma organização (“em geral, o partido”) dos subalternos, que constituirá o “núcleo de um Estado”. Podemos relacionar essa condição com a passagem dos *Quaderni* sobre os “níveis” de organização

política das classes e grupos subalternos e mesmo com os diferentes momentos de relação de forças políticas entre as classes e grupos sociais em presença, e assim concluir que, antes da unificação histórica dos subalternos em novo Estado, o partido cumpre a função política de unificação de frações das classes e grupos subalternos.³ Esta fração unificada dos grupos subalternos conduzirá a disputa pela construção de novo bloco histórico. Trata-se aqui da vanguarda oriunda do seio dos próprios subalternos, da formação, aperfeiçoamento e multiplicação de seus intelectuais orgânicos: “Para que haja a criação de novos valores e formas históricas novas é necessário, por sua vez, que se afirmem novos sistemas de representação orgânica (e de hegemonia) por parte das classes subalternas” (Pizzorno, 1974, p.58).

Assim, a direção das massas, ou sua vanguarda, pode – e, na verdade, deve – se originar das próprias massas subalternas, de intelectuais que permaneçam em ligação orgânica com ela. Os subalternos não conseguem sair por si mesmos de sua condição *se* permanecerem num nível espontaneísta de resistência e revolta contra as classes dominantes. Não se trata de direção que seja trazida ou mesmo imposta “de fora” das massas subalternas, mas que haja em seu próprio interior, ou em parcela dele, um salto qualitativo representado pela organização política. A importância de se fazer a “história integral”, ou a história dos grupos subalternos, tem um objetivo político, qual seja conhecer a heterogeneidade temporal e espacial das massas de onde se espera possam emergir movimentos politicamente organizados na disputa pela hegemonia. Trata-se de elaborar a história dos grupos que a têm apagada ou impedida de se desenvolver pelas narrativas hegemônicas. No trabalho prático e analítico de se construir de forma sistemática uma história dos grupos subalternos, Gramsci distingue momentos específicos a serem observados. Em suas palavras:

É necessário, portanto, estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos através do desenvolvimento e das convulsões que se verificam no mundo da produção econômica, sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, dos quais conservam por um certo tempo a mentalidade, a ideologia e os objetivos; 2) sua adesão de maneira ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias e as consequências de tais tentativas na determinação de processos de decomposição e de renovação ou nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consenso e o controle dos grupos subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam

3 Comparem-se as passagens de Gramsci na nota 17 do Caderno 13 (p.1583-1586) sobre os diversos “momentos ou graus” das relações sociais de força e na nota 5 do Caderno 25 (p.2288) sobre os diferentes níveis de organização política dos grupos subalternos.

a autonomia dos grupos subalternos, porém nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral etc. (Gramsci, 2001, p.2288).

Esses vários “níveis” de organização política dos grupos subalternos não devem ser confundidos com “etapas” de um movimento diacrônico pelo qual deviam necessariamente passar até atingir uma situação de autonomia integral. São diferentes situações históricas, políticas e sociais *já presentes* no seio do conjunto dos grupos subalternos e que marcam justamente sua *heterogeneidade*. É o estudo e a análise das possibilidades de desenvolvimento deste processo que estariam contidos no Caderno 25 de Gramsci. Uma análise diferenciada das “classes subalternas” é importante para captar toda a extensão das condições em que Gramsci efetivamente usa o conceito. É importante, nesse caso, atentar para as passagens em que Gramsci sustenta a possibilidade de “unificação” dessas classes apenas quando se tornem “Estado”. Para tanto, só se pode esperar um elevado nível de organização política dessas classes, uma situação de “autonomia integral”, sem cujo “pré-requisito” não se pode esperar sua transformação em Estado.

É razoável supor, então, que ao fazer tais distinções, processo teórico cujo esclarecimento está registrado em seus “critérios metodológicos”, Gramsci sofística a perspectiva a respeito das classes em sociedade. Como sugere Liguori:

pode-se valorizar o fato de que, com o par “hegemônicos/subalternos”, Gramsci nos oferece categorias mais abrangentes que aquelas marxianas clássicas (burguesia/proletariado), porque as primeiras entrelaçam melhor a posição social e a subjetividade, elemento estrutural e elemento cultural e ideológico. [...] A categoria de subalterno, portanto, aparece num quadro de enriquecimento das categorias tradicionais do marxismo. (2011, p.40-41)

Essa hipótese de Liguori oferece aportes muito importantes para o que desejo sugerir neste texto, bem como os diversos “níveis” analíticos da condição de subalternidade elencados na nota sobre “critérios metodológicos” de Gramsci. Tais critérios, como lembra Green (2007, p.214), podem ser lidos em relação estreita com os diversos “níveis” de relações de força política descritos na nota 17 do Caderno 13.⁴

Todas essas considerações sugerem que o estudo sobre classes sociais tem relação imediata com a análise das relações de força em sociedade, ou seja, com os diferentes graus de organização política dos grupos subalternos (já que, no entanto, se trata de reconhecer que as classes que *exercem* a hegemonia têm sua organização política garantida no âmbito do aparelho de Estado). É nesse sentido que a tradicional definição de “classe social”, que relaciona um determinado grupo de indivíduos ao seu papel ou posição no processo produtivo geral da sociedade,

4 Ver nota 6.

apresenta limitações de caráter analítico e político. De caráter analítico porque incorre, necessariamente, num modelo economicista de abordagem da luta de classes, o que reduz o campo de visão sobre outras dimensões da luta social que atravessam e condicionam as contradições do bloco histórico presente. De caráter político porque leva à escolha prévia, determinista, do sujeito histórico destinado a protagonizar o processo revolucionário. Ambas as limitações, aliás, intimamente relacionadas à leitura que confere centralidade ao desenvolvimento das forças produtivas, isolando-as da formação social real e tornando organicamente dicotômica sua distinção com as relações sociais de produção da riqueza e do conjunto da “superestrutura” ideológica.

Dado que a presença das classes e grupos subalternos é parte da própria existência, funcionalidade, produção e reprodução do capital, torna-se paradoxal considerar os subalternos como um contingente “excluído”, apartado numa dimensão estanque da vida social e sem potencialidade objetiva de intervenção na sua própria condição de subalternidade. Sua existência mesma é causa de inquietude e tensão nas relações sociais hegemônicas. Trata-se de saber como os grupos subalternos, ou frações suas, podem tomar iniciativas históricas. Minha hipótese é que, se as classes se formam na luta política, elas se formam a partir de frações dos grupos subalternos que assumem a iniciativa consciente de questionar a hegemonia burguesa em algumas de suas dimensões. Por isso, a análise política marxista deve permanecer atenta à dinâmica e inquieta composição dos grupos subalternos se quiser compreender as possibilidades de transformação social em determinada época. Deve permanecer atenta aos focos mais agudos de tensão entre os subalternos e os grupos dirigentes e dominantes e distinguir, com base em análises concretas das condições reais, qual fração (ou frações) dos grupos subalternos encontra-se em níveis avançados de organização e consciência políticas. É nesta fração ou frações, bem como em seus intelectuais orgânicos, que se encontram as melhores chances de constituição de um núcleo hegemônico alternativo, cuja existência dependerá da manutenção de relações de força propícias por meio da luta permanente.

Os grupos subalternos e os *subaltern studies*

Existe uma subalternidade determinada pelo imperialismo, cujos sujeitos têm sua história apagada ou impedida pelas narrativas hegemônicas. Sobre isso, por exemplo, Edward Said (2007) é preciso ao descrever o “Oriente” (aqui a concepção política de Gramsci e a concepção “cartográfica” coincidem) como uma criação histórica do imperialismo branco “ocidental”, que tem suas características de subalternidade imputadas por este. Ao criticar as insuficiências da primeira edição inglesa dos *Cadernos do cárcere*, organizada por Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith em 1971, Said se indaga sobre os motivos de um importante “corte”, no parágrafo 12 do Caderno 2, do trecho em que Gramsci incita justamente a fazer um “inventário” crítico do processo histórico que nos deixa traços perma-

entes sem que nos apercebamos disso.⁵ Compilar este “inventário”, se falamos de grupos subalternos, é exatamente a constituição da história desses grupos. E o autorreconhecimento, o “enxergar-se” nesta outra história por esses grupos é o que lhes confere a existência política na disputa contra as narrativas hegemônicas. Importa pouco, nesse caso, a procedência social dos intelectuais que a escrevem. Perde sentido a discussão sobre “representação x voz própria” do sujeito subalterno se este reivindica para si e se reconhece em uma nova versão histórico-política de sua posição no mundo. Realiza-se aqui a *filosofia da práxis*, em que a análise histórica informa a teoria e a teoria informa a prática política ou, em outras palavras, “verifica-se a unidade entre análise histórica, teoria e prática” (Green, 2007, p.227). Tal unidade conteria em si “os elementos para fazer viva uma integral organização prática da sociedade” (Gramsci, 2002, p.1434). Na elaboração de uma história dos subalternos, teoria e prática atingem um ponto de encontro também entre “quem sabe sem sentir nem compreender e quem sente sem saber nem compreender [...]” (Baratta, 2010, p.164). É a articulação da *práxis* entre intelectuais e subalternos.

Ao contrário, a posição pós-moderna, por meio da justificação da pluralidade e da multiplicidade, acaba por preconizar uma situação política e social que mantém os grupos subalternos exatamente como tais, na subalternidade, desagregação e marginalidade histórica. Apesar de sua sofisticada leitura do texto gramsciano, esta é a confusão em que Chakravorty Spivak, uma das expoentes dos chamados *subaltern studies*, parece incorrer quando duvida das possibilidades de organização autônoma das classes subalternas:

um relato das etapas de desenvolvimento do subalterno é desarticulado da conjuntura quando se opera sua macrologia cultural, ainda que remotamente, pela interferência epistêmica nas definições legais e disciplinares que acompanham o projeto imperialista. (Spivak, 2010, p.55)

É assim que se pode ler em Spivak a conclusão de que o subalterno “não pode falar”. A autora considera as “mulheres do subproletariado”, no caso indiano, como o exemplo limite de subalternidade, em nome de quem os intelectuais não teriam condições de falar, e para quem não haveria tampouco espaços sociais para a difusão da própria fala. Nota-se aqui algum descolamento da proposta gramsciana de análise dos grupos subalternos, ou seja, desconsidera-se a heterogeneidade da composição social e de organização política que se pode encontrar nos diversos grupos subalternos.

5 O trecho citado por Said é o seguinte: “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que se é realmente, ou seja, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até agora realizado que deixou em ti mesmo uma infinidade de traços acolhidos sem benefício de inventário”. Em seguida, a parte que falta na tradução inglesa: “É necessário, inicialmente, fazer esse inventário” (Gramsci, 2001, p.1376).

Aparentemente, é em consonância com a truncada edição inglesa dos *Quaterni* que o grupo dos *subaltern studies* traz o essencial de sua interpretação dos “subalternos”. Trata-se de um grupo de pesquisadores indianos, liderados pelo historiador Ranajit Guha, cujo objetivo seria promover uma renovação na historiografia indiana focalizando justamente a história de seus grupos subalternos. A ideia seria fazer na Índia o que Gramsci preconizava para a Itália. Nas palavras de Edward Said (2007, p.464), “sua meta era nada menos que uma revolução na historiografia, sendo o objetivo imediato resgatar a história indiana do domínio da elite nacionalista e restituir o importante papel das massas pobres da cidade e dos campos”.

Spivak (2010, p.56) refere-se ao projeto do grupo dos *subaltern studies* de “repensar a historiografia colonial indiana, a partir da perspectiva da cadeia descontínua de insurgências de camponeses durante a ocupação colonial”. Se, aparentemente, Spivak (2010, p.57) reconhece as diferenciações do subalterno, sustentando que “o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo”, a conclusão de seu raciocínio é pela impossibilidade de uma historiografia subalterna que pudesse ser criada justamente a partir dos setores politicamente mais organizados daqueles grupos heterogêneos: “não posso endossar inteiramente essa insistência em um vigor determinante e uma autonomia plena, pois as exigências historiográficas práticas não permitirão que tais endossos privilegiem a consciência subalterna” (Ibid.). Para a autora, definitivamente, “no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar” (Ibid., p.67).⁶

Para Spivak, então, o subalterno “não pode falar”, não tem condições de se organizar e não possui representação política, sendo esse conjunto de características a definição própria de subalternidade para a autora. Desse modo, o proletariado não poderia ser considerado subalterno, “já que, em vários contextos, é organizado” (Green, 2007, p.224). Tal conclusão, a que as teses de Spivak pode levar, encontra-se em dissonância, mais uma vez, com a existência dos vários “níveis” de organização política dos subalternos postulados por Gramsci, dentre os quais o momento mais avançado é justamente o partido, que chega a constituir o “núcleo de um Estado”, o centro irradiador de uma hegemonia alternativa àquela vigente. Segundo Spivak, “quando se estabelece uma linha de comunicação entre um mem-

6 A Spivak, Edward Said responde que “na verdade, o subalterno *pode* falar, como a história dos movimentos de libertação no século XX eloquentemente atesta” (Said, 2007, p.445). Se Spivak conclui como sendo inalcançável a organização política (“speaking”) dos subalternos, Guha, por sua vez, os considera num âmbito de estratificação sociológica que, embora reconheça a heterogeneidade de sua composição, pouca relação guarda com os dinâmicos níveis de organização política, discernidos por Gramsci, das classes e grupos subalternos. Guha afirma utilizar o termo subalternos como sinônimo de “povo” (Guha, 1988, p.44). Evidente que daí resulta uma ampliação pouco precisa da categoria, que piora, no lugar de melhorar, as possibilidades de análise das relações de força no âmbito das classes e grupos subalternos.

bro dos grupos subalternos e os circuitos da cidadania ou da institucionalidade, a subalterna já está inserida no longo caminho em direção à hegemonia” (Spivak apud Green, 2007, p.226).

Há um problema analítico aqui. Como bem questiona Green, se há organização e representação, os grupos subalternos não são mais subalternos? Estariam a “meio caminho” de se tornarem grupos dirigentes? Estariam já nas rédeas da edificação de um novo bloco histórico? Pouco provável que assim fosse e, de resto, a sutil apologia da “cidadania” e da “institucionalidade” mostra como Spivak pouco se aproxima da problemática gramsciana. O “longo caminho em direção à hegemonia” dificilmente admitiria, como *estratégia*, a marcha por dentro das instituições do *atual* bloco histórico, justamente aquele que se pretende seja *superado*. Claro que este possui contradições internas a ser *taticamente* exploradas, mas não se pode utilizar o método dialético de forma inconsequente. As classes e grupos subalternos precisam de suas próprias instituições, valores, modos de produzir e de sua elevação cultural, precisam elaborar suas próprias condições materiais. Associar a luta dos subalternos pela construção de sua hegemonia a noções radicadas no receituário do liberalismo clássico como “cidadania”, “construção da democracia”, “via democrática” etc. é um discurso muito distante do que se encontra nos escritos de Antonio Gramsci.

O exercício da hegemonia no âmbito do “Estado integral” envolve desde a mais simples produção de valores de troca até as altas criações artísticas do espírito de uma época. Trata-se, sempre, da reprodução de determinada concepção de mundo vigente, das relações sociais consolidadas e “protegidas” pelas classes dirigentes e dominantes. Um dos maiores obstáculos para que os subalternos possam superar sua condição (de subordinação tanto econômica quanto cultural) é a dificuldade para a formação de seus intelectuais, da formação de lideranças e de uma organização que construa unidade, direção e coerência aos subalternos. A fragmentação característica do senso comum no interior desses grupos é causa e consequência de carência de elementos críticos que permitam elaborar uma cultura unificada em torno de objetivos políticos de superação da subalternidade, bem como formar grupos internos permanentes de liderança política. É tarefa das parcelas mais organizadas de os próprios grupos subalternos lutar por uma inserção crítica nas dimensões de cultura e poder das classes dominantes, bem como elaborar seus próprios domínios culturais e institucionais como face estratégica da organização política progressiva em meio ao conjunto dos subalternos, ou seja, como estratégia de criação e consolidação de uma concepção de mundo alternativa, unitária e crítica. Na heterogeneidade dos grupos subalternos, trata-se de uma questão de diferença de

graus [de organização cultural e política] dependendo das diferentes condições dos diferentes grupos subalternos. Os grupos subalternos menos “avançados”, desprovidos de participação institucional, enfrentam maiores dificuldades em

desenvolver consciência crítica do que um grupo subalterno politicamente mais organizado. (Green; Ives, 2010, p.304)

Assim, a demanda pela inserção crítica nas instituições políticas e culturais vigentes justifica-se como face *tática* da luta política porque se trata *também* de um ato de resistência “ativa” contra o fato de que a modernidade capitalista, dado seu desenvolvimento desigual, significa restrição das possibilidades culturais de massa em alguns países. A elaboração da própria concepção de mundo, no entanto, também é um processo educativo, ou autoeducativo. Essa *práxis* pressupõe um elemento orgânico, ao mesmo tempo interno à classe e capaz de constituir-se em uma vanguarda concreta (Liguori, 2011, p.38). O partido é, simultaneamente, parte orgânica da classe, mas também ultrapassa seu “senso comum”, a concepção de mundo dos grupos subalternos. Esta ultrapassagem não pode ocorrer de forma espontânea, e esta é a função do partido político do proletariado e do conjunto dos subalternos.

Conclusões (ou hipóteses) provisórias

As reflexões acima foram desenvolvidas com o intuito de fornecer alguns indícios do que considero ser uma distinção teórica entre as noções de “classes sociais” e “grupos subalternos” em Gramsci, distinção, por sua vez, útil para a prática política classista contra a hegemonia burguesa. Enfim, como se poderia generalizar a aplicação dessa distinção num nível mais abstrato de análise?

A concretude da lógica de reprodução do capital encontra-se num enredamento de relações sociais cotidianas de força, poder, ideologia, dominação e exploração, ou seja, um conjunto conformador de relações de classe. Isso equivale a assumir que o antagonismo entre capital e trabalho não *determina* nem *condiciona* as relações “superestruturais”, mas metamorfoseia-se nelas, adquire diferentes encarnações em diferentes dimensões da vida. O que significa que, para reproduzir-se, o capital necessita de suas diversas formas de representação, seja na cultura, no lazer, na cena política, nas relações sociais em geral. E cada nova objetivação sua deve vir acompanhada por um novo processo pedagógico junto aos grupos subalternos, num contínuo movimento de reestruturação da hegemonia burguesa. O “modo de vida” das classes populares é constituído, ou *tende* a ser constituído, por aquele processo pedagógico, em formas favoráveis à estabilidade hegemônica do capital. Tal processo é função precípua dos aparelhos privados de hegemonia, porquanto estes sejam o *front* imediato do Estado capitalista.

Embora possam ser encontrados na sociedade conjuntos de identidades mutáveis, cambiantes, seja como conjuntos de interesses de grupos que competem, de um ponto de vista “poliárquico”, ou como uma trama de microrrelações de poder, à moda foucaultiana, o capital continua sendo a relação de força estruturante dos modos de vida material, espiritual e simbólico contemporâneos. E isso se dá pela

seguinte razão: o mosaico de “identidades” e “relações de poder” que constitui a sociedade numa formação social capitalista não é aleatório, mas depara-se com possibilidades de arranjos constrangidas nos limites impostos pela necessidade de valorização do capital.

As relações de classe, hegemônicas pela burguesia enquanto classe dominante, condicionam a existência concreta das classes. Além da burguesia (considerada aqui em todas as suas frações), todos os sujeitos do “povo” em geral, operários, trabalhadores rurais, funcionários públicos, empregados de serviços, camponeses, estudantes, autônomos, informais, sem-teto, sem-terra, pedintes, mendigos etc., estão inseridos, compõem mesmo a trama social das relações de classe, sendo delas produtos e produtores, causas e resultados. Pode-se dizer então, de todas essas pessoas e grupos, que formam classes sociais? Aludindo aqui à reflexão de Marx em *O 18 de brumário* sobre os camponeses franceses, sim e não. Sim, na medida em que conformam *relações sociais de classe* entre si e com a burguesia, que existam sob condições econômicas de exploração e subalternidade que separam “seus modos de vida, seus interesses e suas culturas dos modos de vida, interesses e cultura” das classes hegemônicas. Não, na medida em que aquela situação comum não “gera entre eles nenhum fator comum”, nenhuma união política; porquanto não se pode identificá-los *a priori* enquanto pertencentes a *determinadas classes sociais distintas*, específicas. A identificação *a priori* não pode dispor senão de um recurso metodológico eivado de economicismo, que permaneceria patinando no expediente de distinguir as classes sociais exclusivamente segundo as posições que os diferentes grupos ocupariam no processo da produção material. Daí para a velha identificação idealista do sujeito revolucionário é um passo curto. É nesse sentido, e neste momento analítico, que a concepção gramsciana de *grupos subalternos* é útil para reunir, em suas diferenças e características distintas, todos aqueles sujeitos e grupos elencados acima, *grupos subalternos* enquanto grupos formados por e formadores de *relações sociais de classe* sob a hegemonia burguesa, uma rede primordial de relações de onde *emergem* as classes sociais dominadas, *classes enquanto tal*, ou seja, *politicamente orientadas para a luta* num campo de relações de força inicialmente desfavorável. Ou seja, a constituição dos grupos e frações de grupos subalternos em classes sociais *é a própria luta de classes*.

A *emersão* de uma classe ou classes dominadas combativas do caldeirão heterogêneo de grupos que praticam uma resistência fragmentada e irregular, grupos não unificados politicamente, ou os grupos subalternos, configura a luta de classes rigorosamente considerada, a luta entre classes fundamentais *politicamente organizadas*, luta pela hegemonia numa determinada formação social, a guerra de classes pela manutenção do bloco histórico vigente ou pelo início da construção de um novo. A forma que esta luta tomará a partir dos grupos subalternos dependerá das condições objetivas de cada contexto, nacional ou internacional.

Referências bibliográficas

- BARATTA, G. *Antonio Gramsci em contraponto*. São Paulo: Unesp, 2011.
- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Teoria do valor, trabalho e classes sociais. Entrevista a Henrique Amorim. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.30, 2010, p.89-102.
- BUKHARIN, N. *Tratado de materialismo histórico*. Centro do Livro Brasileiro: Lisboa, [s.d.].
- BURGIO, A. *Gramsci storico: una lettura dei “Quaderni del cárcere”*. Bari: Laterza, 2003.
- COSPITO, G. Struttura e sovrastruttura nei “Quaderni” di Gramsci. *Crítica Marxista*, Roma, n.3-4, 2000, p.98-107.
- DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Rev. de Sociol. e Polit.*, Curitiba, n.29, 2007, p.63-78.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere: edizione critica dell’Istituto Gramsci*. Turim: Giulio Einaudi, 2001.
- GREEN, M. E. Sul concetto gramsciano di “subalterno”. In: VACCA, G.; SCHIRRU, G. *Studi gramsciani nel mondo (2000-2005)*. Bologna: Mulino, 2007.
- _____; IVES, P. Subalternity and Language: Overcoming the Fragmentation of Common Sense. In: IVES, P.; ROCCO, L. *Gramsci, language and translation*. Plymouth: Lexington Books, 2010.
- GUHA, R.; SPIVAK, G. C. *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988.
- LIGUORI, G. Tre accezioni di “subalterno” in Gramsci. *Crítica Marxista*, Roma, n.6, 2011, p.33-41.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIN WRIGHT, E. *Classes*. London: Verso, 1985.
- PIZZORNO, A. Sobre el método de Gramsci. In: PIZZORNO, A. et al. *Gramsci y las ciencias sociales*. Córdoba: Siglo XXI, 1974.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1987.

Resumo

Este texto tem o objetivo de demonstrar a distinção teórica existente entre as noções de “classes sociais” e “grupos subalternos” a partir dos *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci. Essa distinção envolverá um breve debate com as noções

de “classes sociais” desenvolvidas, além do próprio Gramsci e de Marx, por D. Bensaïd, E. P. Thompson e N. Poulantzas, autores importantes na temática e que guardam alguma proximidade com as elaborações de Gramsci sobre a questão. Por fim, procuro sugerir uma aplicação desta distinção com algumas observações críticas sobre os *subaltern studies* e as considerações finais a respeito do texto como um todo.

Palavras-chaves: classes sociais; grupos subalternos; Antonio Gramsci; luta de classes.

Abstract

Social Classes and Subaltern Groups: Theoretical Distinction and Political Application

This paper aims to demonstrate the theoretical distinction between the notions of “social classes” and “subaltern groups” from the *Prison Notebooks* of Antonio Gramsci. This distinction will involve a brief discussion with the notions of “social classes” developed, besides Gramsci and Marx, by D. Bensaïd, E. P. Thompson and N. Poulantzas, important authors on the topic that keep some proximity to the elaborations of Gramsci on the issue. Finally, I try to suggest an application of this distinction with some critical remarks about the “subaltern studies” and the final considerations about the text as a whole.

Keywords: social classes; subaltern groups; Antonio Gramsci; class struggle.